



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
Câmara Técnica de Análise de Projeto

**JUSTIFICATIVA REF. PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE
“ESTABELECE DIRETRIZES E CRITÉRIOS PARA O
ARBITRAMENTO PREVISTO NO INCISO II DO ART. 35 DA LEI
Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997.”**

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, criado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, teve suas atribuições definidas no art. 35 e em outros dispositivos da referida Lei, bem como no art. 2º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

O processo deliberativo no CNRH é conhecido de todos. As matérias são discutidas inicialmente na câmara técnica competente, passando eventualmente por uma discussão preliminar em grupo de trabalho específico. Via de regra, as matérias são analisadas por último pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, a quem cabe examinar a constitucionalidade, a legalidade, os aspectos institucionais e a técnica legislativa de propostas de deliberação a serem apreciadas pelo Plenário do Conselho.

Com base nos pareceres da câmara técnica competente e da CTIL, o Plenário do CNRH finalmente emite sua deliberação.

Dessa forma, o CNRH foi instituindo, ao longo do tempo, câmaras técnicas destinadas a analisar matérias relacionadas à gestão de recursos hídricos.

Através da Resolução nº 04, de 10 de junho de 1999, foi instituída a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, cujas atribuições foram enumeradas no inciso II do art. 2º.

Já a Resolução nº 08, de 21 de junho de 2000, instituiu a Câmara Técnica Permanente de Análise de Projeto – CTAP, cujas atribuições, baseadas naquelas definidas para o CNRH, estão descritas no art. 2º da referida Resolução.

Algumas atribuições do CNRH, como aquela constante no inciso II do art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997, necessitam de regulamentação para serem exercidas.

A regulamentação é necessária para estabelecer regras claras e isentas sobre o processo de arbitramento pelo CNRH, previsto naquele dispositivo, considerando os seus vários aspectos: admissibilidade, formação, análise, contraditório e decisão final do Plenário do Conselho.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
Câmara Técnica de Análise de Projeto

Com base nesses argumentos, submetemos a presente proposta de Resolução à avaliação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, através da Câmara Técnica Permanente de Análise de Projeto e da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais.

Brasília/DF, 02 de abril de 2008

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Márley Caetano de Mendonça'.

Márley Caetano de Mendonça
Conselheiro Suplente
Gerente da Secretaria Executiva do CNRH